

Sexta-Feira, 10 de Abril de 2026

Lúdio Contesta Cattani e Defende Regularidade na Concessão de Títulos a Ministros do STF

Homenagem negada

Redação do rufandobombnews.

O deputado estadual Lúdio Cabral rebateu as alegações de irregularidades feitas pelo deputado Gilberto Cattani sobre a concessão de títulos de Cidadão Mato-grossense aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes e Flávio Dino. Segundo Lúdio, os projetos foram devidamente aprovados com parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT). Durante a comemoração dos 150 anos de história do Poder Judiciário mato-grossense, Lúdio destacou a legitimidade do processo e o papel dos parlamentares. "Não cabe aos deputados ficarem fazendo esse debate, 'ah, esse não merece, aquele merece', porque o deputado já está eleito e com as condições de propor isso. [...] Eu, por exemplo, jamais seria contrário a um título de cidadão mato-grossense a alguma liderança que fosse adversária, a Bolsonaro, a qualquer liderança da extrema direita, porque é uma tarefa que cabe ao parlamentar, que foi eleito legitimamente, e ele concede esse título para quem ele considera importante. A população já delegou essa tarefa para ele, a comissão cumpre a formalidade de avaliar os requisitos formais para essa avaliação", afirmou. Precedente Perigoso Para Lúdio, a decisão dos colegas de anular as honrarias pode abrir um precedente perigoso, gerando incertezas e atrasos na concessão de outros títulos. Ele argumenta que a atitude pode provocar o cancelamento de outras honrarias, criando um ambiente de instabilidade e burocratização excessiva na aprovação de futuros projetos semelhantes. Anulação das Honrarias Na quarta-feira (22), a Comissão de Direitos Humanos da ALMT anulou a concessão dos títulos aos ministros do STF. A proposta de homenagem foi apresentada pelo deputado Valdir Barranco (PT) e recebeu parecer favorável de Max Russi (PSB), membro da comissão. No entanto, o presidente da comissão, Gilberto Cattani, solicitou o cancelamento das honrarias em plenário, alegando que foram aprovadas "de forma irregular" durante uma reunião extraordinária que contou apenas com votos de parlamentares suplentes, incluindo o autor da proposta,